

Movimento de Cultura Popular do Recife: uma perspectiva de análise

FÁBIO SILVA DE SOUZA*

Este artigo tem como finalidade apresentar uma pesquisa que está sendo desenvolvida no programa de pós-graduação em História Social, da Universidade de São Paulo, procurando lançar um olhar sobre a efervescência cultural dos anos 1960, na perspectiva veiculada pelo Movimento de Cultura Popular do Recife, MCP, criado em maio de 1960, por setores da intelectualidade e do movimento estudantil local. Com o acesso, só há pouco tempo possível, a uma documentação consistente, para balizar análises mais acuradas acerca do papel que o MCP desempenhou neste período, este artigo traz à tona, para conhecimento da comunidade científica, uma amostra das perspectivas que estamos trabalhando, com o intuito de contribuir na análise deste período tão importante da história política e cultural brasileira.

Palavras chave: Pesquisa, Cultura, Recife

MCP, origem e possibilidades

Procurando lançar um olhar sobre a efervescência cultural dos anos 1960, este artigo apresenta uma pesquisa que se encontra em andamento, no programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo. Objetivando analisar e interpretar algumas nuances ainda não exploradas do Movimento de Cultura Popular do Recife, MCP.

O Movimento de Cultura Popular do Recife, criado em maio de 1960, por setores da intelectualidade e do movimento estudantil da capital pernambucana, a pedido do então prefeito do Recife, Miguel Arraes, foi uma associação civil, com um projeto político-cultural que visava, através da valorização das culturas dos setores

* Mestrando em História Social, Universidade de São Paulo

populares, a sua efetiva alfabetização e simultânea organização política, tendo como horizonte utópico a transformação da sociedade local e, sucessivamente, da brasileira.

O Estado de Pernambuco era, naquela época, segundo Soares (1982, p. 22), “o epicentro de uma região onde se evidencia concretamente a contradição do modo através do qual o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista aproxima fases históricas diferenciadas...”. Tornava-se assim “o elo mais fraco do populismo no Brasil”, na avaliação de Francisco de Oliveira. Justifica-se o esforço em compreender e trazer à tona de forma mais crítica, o quadro dos embates ideológicos nele delineados e o papel desempenhado pela cultura.

Na década de 1950 a Região Nordeste, com particular incidência em Pernambuco, foi palco de inúmeras calamidades, entre as quais se destacam as duas rigorosas secas e uma enchente de grandes proporções, o que a fez ficar entre as Regiões mais miseráveis do mundo (Castro, 1992). Todo esse contexto de miséria atrelado a uma insatisfação da população menos favorecida em relação às políticas desenvolvidas pela elite oligárquica pernambucana contribuiu para que grupos organizados da sociedade civil começassem, desde o início da década 50, a reivindicar ações práticas do Governo Federal junto à população da Região.

Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas no resto do país, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular. Em Recife, e a seguir em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar nos postos-chave do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos. Tal fato é praticamente inexistente no resto do país, onde via de regra, os movimentos de cultura popular encontram, como condições adversas a sua existência e ao seu funcionamento, a hostilidade do poder público e a ausência de dotações orçamentárias para fins de cultura popular (Plano de Ação do MCP para 1963).

Na contramão do contexto nacional – que desde o final da ditadura varguista teve a política caracterizada por acordos entre os dois grandes partidos suscitados pelo ex-ditador, que mantiveram o país no limite do equilíbrio entre as demandas do campo (PSD) e as da cidade (PTB), através do aliciamento e manipulação das classes populares –, no cenário pernambucano, diferentes grupos políticos surgiram e se organizaram,

buscando vez e voz, tendo como um dos principais instrumentos a educação voltada para a conscientização político-social.

A teoria da modernização elaborada pelo sociólogo argentino Gino Germani teve grande impacto na América Latina. Na perspectiva da sociologia da modernização, o populismo foi caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial). No que se refere ao político, a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e uma ideologia autônomas (apud Capelato, 2009, p. 24).

Com isso, as reivindicações populares, pondo em xeque a dominação política tradicional, transformaram-se rapidamente em motivo de alarme entre os detentores do poder, não só no Estado, mas em nível nacional. Passou a ser urgente para os detentores do poder – o golpe de 1964 deixou isso claro - cortar os laços entre as lideranças de esquerda e as classes populares, tanto no campo político, quanto no campo cultural, a fim de impedir que processos de educação conscientizadora atingissem seus objetivos e terminassem ampliados e estendidos a outras regiões do Brasil.

Considerando-se o pouco que se escreveu sobre o papel político da cultura, especialmente na ótica proposta pelo MCP, de programa político-cultural e da organização desse programa no seio do Estado, o caminho ora percorrido por este artigo busca refletir alguns aspectos que contribuíram para que a década de 1960 fosse considerada, na avaliação de Roberto Schwarz, o período mais profícuo da cultura brasileira.

Desde 1930, em função do descontentamento das classes proletárias e de parte da elite pernambucana (agroindustrial), que após a Revolução almejavam uma ascensão social, e política, respectivamente, o Estado de Pernambuco se vê em profunda ebulição, deixando espaço nestes setores da sociedade para a ação do Partido Comunista, que a partir de então, passa a se organizar como uma força política necessária e a partir de 1950 até 1964, insubstituível na política local (Soares, 1982).

Em meados da década de 1950, com o surgimento da Frente do Recife – aliança dos partidos de esquerda contra as oligarquias e o sistema sócio-político vigente - o PC vê sua ascensão e declínio. A aliança dos partidos de esquerda que desde 1955 vinha ganhando todas as eleições em nível municipal e estadual passa, a partir de 1959,

a prestigiar menos o apoio dos comunistas. Este fato se deu a partir da subida de Miguel Arraes ao poder municipal naquele ano.

Uma das hipóteses trabalhadas sobre o porquê isso veio a acontecer no governo de Arraes é que, para o prefeito e posteriormente governador, as alianças feitas pelos comunistas e as outras partes que compunham a aliança de esquerda, só tinha caráter eleitoreiro. Seguindo uma tendência que pode ser vista desde 1930, que visava, puramente, a ascensão econômica da Região, e política destas lideranças, frente ao cenário Nacional¹.

Centrado não só no objetivo de inserir o Estado num patamar aceitável no que concerne ao desenvolvimento econômico, mas também, vislumbrando uma profunda modificação do papel deste em relação à população menos favorecida, Arraes procurou apoio em lideranças de várias correntes, sobretudo, da esquerda Católica, para fundar aquela associação que ficou conhecida como MCP, e que traz à tona uma nova forma de se entender as políticas culturais formuladas pelo Estado.

As intervenções culturais realizadas pelos intelectuais que militaram no MCP podem ser analisadas utilizando-se do aporte teórico de Brunner que nos provoca a refleti-las como:

Una política de contenido – articulada en torno a una concepción del mundo de raíz marxista pero más abierta a los desafíos intelectuales del universo cultural contemporáneo – que se conside a si misma como un elemento más dentro de una oferta competitiva de propuestas. Esta política no define para la sociedad una ideología (integral y totalizante) sino una contribución competitiva que aspira a proporcionar una dirección intelectual y moral en función de la renovación socialista y democrática de la sociedad(Brunner, 1992, p.233).

Fazendo-nos refletir que Miguel Arraes procurava organizar, através dos intelectuais do MCP, a população proletária pernambucana. Portanto, propõe-se, desejoso de ir ao âmago da história política estadual, estudar a organização político-cultural do MCP, a partir dessa perspectiva, localizando as representações e práticas contidas em cada documento programático desenvolvido pelo Movimento.

¹ Ver a respeito das tendências ideológicas: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. São Paulo: Ática, 1980.

Tendências e problemas das abordagens reformistas

Até onde pudemos pesquisar, o tema das relações entre os programas – políticos, culturais e estéticos – que aglutinaram lideranças e militantes no MCP, e das respectivas articulações com as forças políticas reformistas atuantes no Recife e em Pernambuco, entre 1960 e 64, nunca foi diretamente trabalhado em seus pormenores. Diversas obras foram ou estão sendo escritas, mas interessaram-se principalmente pela história do Movimento, suas propostas pedagógicas, o papel do teatro nesta proposta, a presença das mulheres, as escolas do MCP etc. Para situá-las em seu contexto, seguindo a lição de Freitag (1974), é importante analisar o quadro histórico no qual se inserem, dispensando atenção especial ao embate ideológico e à conjuntura política e social que exprimem ou contra os quais discutem.

Para começar, é preciso citar dois autores contemporâneos à atuação do MCP, ligados ao Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundado em 1961: Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar. Para o primeiro a cultura popular não era “mais que uma reforma” apesar de poder ser “uma reforma de sentido revolucionário”, uma vez que assumisse como objetivo final “a transformação material da sociedade” (Estevam, 1963).

Preocupado em construir os conceitos de cultura popular, cultura desalienada e cultura alienada a partir de seu modelo teórico-metodológico, Carlos Estevam, em *A questão da cultura popular*, afirma que “para participar da cultura é preciso já estar na cultura. O povo, entretanto, está à margem e, mantidas as condições vigentes na sociedade de classe, não há como integrá-lo nesse processo exclusivamente vivido pela elite”. Esta afirmativa nos faz refletir que, para o autor, a produção artística do CPC deveria ter um caráter didático a fim de se aproximar de uma população que, até então, estava alheia a qualquer manifestação de caráter artístico².

Estava claro que, o principal objetivo, deste, nesta formulação, é que a qualidade artística da produção não era o mais importante, denotando uma visão que se afastava de um populismo mais tradicional, entretanto, nutria uma finalidade de cooptação da população em proveito dos interesses da elite intelectualizada.

² Ver: Depoimento publicado em *Arteem Revista* v. 2, n. 3, março 1980, p. 77-82.

Com isso, o autor não dá crédito à possível ação transformadora da cultura popular tal como propunham os intelectuais do MCP.

Também Gullar, buscando explicar a conjuntura política e social brasileira a partir das camadas populares, talvez não percebendo, ou não acreditando, que o Recife poderia ser o “epicentro” de uma experiência que poderia gerar um novo equilíbrio social, não explora, em suas análises, a novidade contida no programa do MCP, privilegiando o CPC do Rio (Gullar, 1965).

Embora o autor discorde das ideias veiculadas por Estevam no que concerne à ideia de projeto cultural, Gullar não toma uma posição mais efetiva para pôr em prática aquilo que defendia – uma arte livre, sem amarras a um projeto didático homogeneizador, mas crítica, engajada e que pudesse elevar a consciência crítica da população – ficando restrito a debates puramente teóricos.

Ainda nesse contexto de análises sobre a conjuntura cultural brasileira partindo do CPC do Rio encontra-se a obra de Heloísa Buarque de Hollanda que, com o objetivo de “examinar alguns momentos em que a literatura participa de maneira direta dos debates que se desenvolvem a partir da década de 60, mobilizados pelas propostas revolucionárias da produção cepecista ou de seu suposto adversário, o experimentalismo de vanguarda”, a sintetiza em termos de “arte popular” e “arte popular revolucionária”, discutindo o caráter paternalista desta (Hollanda, 1981). Mesmo seguindo uma vertente diferente das propostas por Estavam e Gullar, em nossa leitura, Heloísa termina por contribuir, junto com os outros autores, para que a visão político-cultural do Movimento de Cultura Popular (MCP) fosse tratada de maneira superficial nas pesquisas subseqüentes por não terem valorizado as manifestações ocorridas em Pernambuco.

Nos anos 60, havia uma ligação íntima entre expressão política, artística e científica – todas voltadas para a revolução brasileira -, que conduzia os jovens engajados das classes médias a militar no cinema, no teatro ou em qualquer arte, no jornalismo, na Universidade e/ou em algum partido político revolucionário [...] (Ridente, 2000, p.92).

Logo, tal como o CPC do Rio, acreditamos que o então prefeito do Recife submeteu a arte à política, tentando produzir um discurso político através do MCP:

Como Prefeito do Recife, tive oportunidade de, juntamente com homens de todas as tendências religiosas e políticas, iniciar um movimento que iria levar ao povo uma nova atitude, que não era aquela dos intelectuais encastelados e dos estudantes que estudam para fora do Brasil e não para dentro de nossa realidade, nem dos que se consideram donos do povo, mas daqueles que aprendem com o povo o que os doutores não sabem: a ciência do sofrimento da vida. (Trecho do discurso pronunciado, por Miguel Arraes, na sessão solene de instalação do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular).

O fato dos autores acima referidos não terem se manifestado acerca das produções político-culturais do MCP contribui para que haja uma lacuna na história política e cultural deste período.

Para a bibliografia acadêmica de cunho progressista, especialmente para aquela que Carlos Guilherme Mota (1975), ao avaliar a historiografia brasileira, define como “escola” de Florestan Fernandes, o período 1960-64 foi marcado pela efervescência das problemáticas suscitadas pela emergência da cultura popular, cuja valorização pelos próprios protagonistas começou a colocar em mate as relações de poder, favorecendo, por um breve momento, as demandas das camadas populares em detrimento daquelas dos setores da elite. Vários autores, entre os quais destacamos Barros (1965), Ianni (1968), Bandeira (1977), Cavalcanti (1978), Callado (1979), Kreutz (1979), Saes (1984) e Weffort (1986), propuseram-se a investigar a significação desse período e as relevantes contribuições dos movimentos populares, vendo na cultura o elo principal das explicações históricas e sociais.

A rigor, é na política de integração/manipulação da classe operária e de outros grupos de trabalhadores urbanos – em suma, as “massas urbanas” – que se devem procurar as raízes profundas da crise do populismo. A situação de transição - complexidade do novo bloco dominante, ausência de uma classe social politicamente hegemônica – obriga o Estado pós-oligárquico a procurar a base de sua soberania no apoio das massas urbanas; daí o reconhecimento de sua presença social bem como de seu direito à reivindicação (Saes, 1984, p. 103).

Realizando uma análise mais profunda e balizada da conjuntura que, naquele momento favorecia as massas em detrimento da elite, Weffort esclarece:

O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento

industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado (Weffort, 1986, p.63).

No entanto, também esses autores não trabalharam diretamente temas ligados ao MCP. Apesar disso, as interpretações que deram sobre a conjuntura política da época, mesmo voltadas para outros temas e problemas, contribuem com valiosas pistas para o entendimento de nossa proposta de estudo.

A falta de estudos de como as políticas culturais do MCP exerceram influência no desenrolar dos acontecimentos do período justificou-se pela escassez de documentos que, de fato, só agora se encontram à disposição para balizar tais análises. Precisam também ser citados intelectuais cuja origem foi a militância no próprio MCP: Rosas (1980), Weber (1982) e Coelho (1986), que no bojo de suas análises destacam a história e o legado do MCP. Não fazendo, com isso, uma crítica profunda da relação entre os intelectuais militantes e o contexto político da época.

Diante da bibliografia acima citada e das demais obras consultadas, propõe-se a explorar um aspecto ainda inédito, problematizando diretamente a visão político-cultural-estética do MCP, tal como ficaram registrados em sua produção cultural e artística popular, nos seus documentos programáticos, projetos e na atuação concreta de suas lideranças e militantes.

Os autores que se interessaram recentemente pelo tema da organização de políticas culturais no coração do Estado, e discutiram, em suas pesquisas, conceitos como política cultural, cultura de massa e cultura erudita, entre outros, ajudam a balizar teoricamente nossa proposta de estudo. Nesse contexto encontram-se obras como a de Capelato, Chauí, Brunner, Pécaut e Napolitano.

A primeira autora fornece-nos uma análise dos meandros da organização da propaganda política e cultural nos governos varguista e peronista e como esta propaganda exerceu um papel determinante na manipulação das massas populares, demonstrando, através da análise das imagens criadas pelos respectivos governos, a simbologia que tinha como função a criação de mitos no imaginário da população, Capelato (2009). Esta situação, segundo Gramsci, que analisa o modelo fascista de manipulação propagandista pode assim ser analisado:

En sustância, el fascismo modifica el programa de conservación y de reacción que siempre ha dominado la política italiana solamente por cuanto introduce un diverso modo de concebir el proceso de unificación de las fuerzas reccionarias. A la táctica de los acuerdos y los compromisos, el fascismo opone el propósito de realizar una unidad orgánica de todas las fuerzas de la burguesía en un solo organismo político bajo el control de un solo mando centralizado que deben dirigir conjuntamente el partido, el gobierno y el Estado. Este propósito corresponde a la voluntad de resistir a fondo cualquier amenaza revolucionaria (Gramsci apud Brunner, 1992, p. 235).

Chauí (1983), numa perspectiva diferente da elaborada por Capelato, mas que oferece-nos elementos que permitem refletir a visão dos intelectuais em relação ao Estado discute, em sua obra, o conceito de nacional-popular, dado que “o Estado realiza a história; o homem só é histórico na medida em que participa do Estado ou de um projeto do Estado”. Ainda segundo a autora: “há uma tradição, que se pode observar na grande maioria dos projetos culturais e políticos de intelectuais ou de grupos de intelectuais, que consideram o poder do Estado no Brasil como o poder histórico por excelência”. fazendo-nos refletir as maneiras pelas quais em diferentes momentos e por diferentes sujeitos essas ideias e imagens são construídas.

O terceiro autor, Brunner (1992), fornece-nos grande parte do aporte teórico no que se refere a entender os mecanismos e vertentes das políticas culturais desenvolvidas pelo Estado e demais instituição. Ao longo deste artigo, que busca apresentar uma pesquisa em andamento, pode-se constatar algumas problemáticas que serão ainda trabalhadas, na tentativa de levantar algumas questões pertinentes sobre a história política e cultural brasileira, e nesse contexto, o conceito de democracia-cultural e suas interfaces será trabalhado seguindo as lições deste autor que nos diz: “ el abordamiento del cultura y democracia a ese nivel de la cultura cotidiana deberá centrarse en torno al estudio de los microcircuitos fundamentales que define la calidad o el carácter de esa cultura cotidiana, para estudiar entonces su correspondencia, tensiones e inadecuaciones, com respecto a la organización democráticas.

A partir daí, subsidiado pelo conjunto de propostas desenvolvidas por Pécaut (1990), que, em sua obra, traça a trajetória dos intelectuais brasileiros, desde a primeira metade do século XX até a década de 1980, sugerindo que estes tinham um projeto de “organizar” a nação na medida em que eles conseguem ser elite quando necessário e povo quando conveniente, por entender melhor do que ninguém as interfaces da sociedade brasileira, e Napolitano (2004), que analisa o percurso das

manifestações culturais do século XX discutindo a relação entre arte e política, através de uma visão multifacetada buscando as raízes da cultura brasileira nos seus múltiplos aspectos, baliza nossa perspectiva de estudo que consiste, entre outras coisas, na análise de até que ponto os intelectuais do MCP participaram deste projeto de “organizar” a população brasileira através de suas políticas culturais.

Referências

- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 186 pp.
- BARROS, Adirson. **Ascensão e Queda de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro: Equador, 1965. 176 pp.
- BENEVIDES, Maria V.M. **O Governo Kubitscheck**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 294 pp.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 411p.
- BRUNNER, José Joaquim. **América Latina: cultura y modernidad**. México: Grijalbo/Consejo, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura do povo, a prática da classe: 7 canções de militância**. São Paulo: I Conferência Brasileira de Educação, 1980. 18 pp.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 341 pp.
- CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes: A revolução sem violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 159 pp.
- CAVALCANTI, Paulo. O Movimento de Cultura Popular do Recife. IN: **O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes; memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- CHAUÏ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 180 pp.
- _____. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983, 106 pp.
- CLÁUDIO, José. **Memória do atelier coletivo (Recife 1952-1957)**. Recife: ARTESPAÇO, 1980.
- COELHO, Germano. Pelo resgate da memória do MCP. In: **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.
- _____. Trecho do discurso pronunciado em 1962, por ocasião do lançamento da

cartilha do MCP *Leitura para adultos*, da autoria de Josina Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho.

ESTEVAM, Carlos. **A questão da cultura popular**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1963. 115 pp.

_____. **Depoimento** publicado em *Artem Revista* v. 2, n. 3, março 1980, p. 77-82.

FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 283 pp.

FREITAG, Bárbara. Sociologia alemã. In: **Revista Debate & Crítica**, número 2, janeiro junho de 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 2000. 383 pp.

GULLAR, Ferreira. **Cultura posta em questão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 142 PP.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O engajamento cepecista. In: **Impressão de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 199 pp.

IANNI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 236 pp.

KREUTZ, Lúcio. **Os movimentos de educação popular no Brasil, de 1961/1964**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. 121 pp.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. 2.ed – São Paulo: Contexto, 2004.132 pp.

MENDONÇA, Luís. **Teatro é festa para o povo: experiência do teatro de cultura popular de Pernambuco**. Arte em revista. São Paulo 2 (3): 72-4, março de 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. São Paulo: Ática,1980.

_____. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. In: **Revista Debate & Crítica**, número 5, março 1975, p. 1-26.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de a dultos: contribuições à história da educação brasileira**. SP: Loyola, 1973.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação**. São Paulo : Ática, 1990. 336 pp

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. 315 pp.

PRESTES, Emília Maria Trindade; SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação popular e contexto sócio-político: o caso da cruzada ABC**. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2001.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 pp.

ROSAS, Paulo. **O movimento de Cultura Popular - MCP**. Rio de Janeiro: s. ed., 1980. 21 pp.

- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000. 458 pp.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. 235 pp.
- SAID, Edward W. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2003. 176 pp.
- SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise - 1955/1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 pp.
- VALLE, Edênio & QUEIROZ, José J. (org.). **A cultura do povo**. São Paulo: Educ /Cortez & Moraes, 1979. 144 pp.
- WEBER, Silke. **Conflito de classes e educação em Pernambuco**. Recife: s. ed., 1982, 47 pp.
- WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 181 pp.